

Manifesto aos parlamentares

ANDRÉ LUIZ ROMANELLI ROSA

Sou geofísico, especializado em exploração de petróleo, e trabalho há 24 anos na Petrobras. Nesse período, duas forças têm me motivado: 1. o indescritível prazer de descobrir petróleo; e 2. a possibilidade de desenvolver **know-how** na minha especialidade. É exatamente este último tema, o desenvolvimento de **know-how**, que me leva a escrever este manifesto.

Gostaria de começar com uma pergunta: por que no Brasil há apenas um pequeno número de pessoas envolvidas no desenvolvimento de **know-how** enquanto, nos países do Primeiro Mundo, um enorme contingente de especialistas dedica-se ao mesmo tipo de atividade? A resposta é muito simples: todos esses países, assim como alguns dos emergentes, a exemplo da Coreia do Sul, investiram pesadamente em educação.

Infelizmente, este não é o caso do Brasil. Em nosso país, a elite, que representa uma pequena fração da população, é, ao mesmo tempo, perversa e burra. Perversa porque trata o restante da população como uma espécie rival, a qual, apesar de não ameaçar a sua sobrevivência, é sistematicamente prejudicada. Burra porque, ao impedir que as classes menos favorecidas ascendam socialmente através de uma melhor educação, inibe o seu próprio progresso, na medida que bloqueia o crescimento do consumo dos produtos gerados por ela mesma.

Do universo de pessoas adequadamente educadas de um país, deve surgir não só o técnico, mas também um outro elemento fundamental para o desenvolvimento de **know-how**: o empreendedor. Este se caracteriza pela capacidade de descobrir e aproveitar novas oportunidades, o que exige, muitas vezes, uma mentalidade capaz de tratar adequadamente risco e projetos de longo prazo de maturação.

E qual seria o atual perfil do empreendedor nacional típico? De um ponto de vista dinâmico, há indicações de que ele está evoluindo na direção do imediatismo e da intermediação. Pode-se questionar se este é o perfil adequado para o país. Será futuramente o Brasil um grande empório internacional, que os habitantes de outras nações visitarão, como um Paraguai do Primeiro Mundo?

Certamente, queremos muito mais para o nosso país, e temos inúmeras indicações de que esta é uma ambição realista. O melhor exemplo é o das empresas estatais bem-sucedidas, particularmente aquelas dedicadas a atividades que envolvem maior

capacidade de empreendimento e, mais especificamente, projetos com maiores prazos de maturação, como a Petrobras e a Vale do Rio Doce.

No caso particular da Petrobras, pode-se destacar o seu sucesso em diversas frentes. Por exemplo, nos 13 anos de vigência dos contratos de risco, ela derrotou a concorrência na exploração de petróleo. Além disso, a sua distribuidora, a BR, mostra-se muito lucrativa, mesmo abastecendo regiões distantes do país, abandonadas pelas demais empresas. Em áreas de ponta, como a produção de petróleo em águas profundas, ela ocupa posição de destaque mundial. E, no todo, desde o início dos anos 70, ela conduz eficaz e eficientemente suas atividades, sem qualquer aporte financeiro do Governo e, a partir de meados da década passada, até mesmo com remuneração comprimida.

Outra área em particular merece destaque: a siderurgia. Apesar de o Brasil ser um país capitalista e, neste caso, aberto para a iniciativa pri-

“ É clara a necessidade de investir... em duas frentes: educação e ação direta do Estado ”

vada, a maioria das grandes usinas siderúrgicas instaladas no país tem origem estatal ou multinacional. Adicionalmente, pode-se afirmar que o antigo parque siderúrgico estatal não só foi desenvolvido pelo Estado mas também, nos últimos tempos, apesar do Estado, a julgar pelas palavras de Lima Netto, proferidas pouco antes da privatização da CSN: “Se a CSN for privatizada, poderá obter empréstimos no BNDES a juros favorecidos, à semelhança do que já ocorre com a Usiminas, recentemente privatizada.”

Apesar de sua importância, a maioria das empresas estatais vem sendo maltratada, pelo Governo, através de inúmeras formas, que vão da indesejável interferência política à compressão de tarifas para níveis inferiores ao mínimo recomendável, passando pela absurda frequência na troca de dirigentes. Pode-se mesmo dizer que várias dessas empresas só não sucumbiram porque dispõem de excelentes quadros. Desta forma,

torna-se claro que muitos dos casos de insucesso das empresas estatais devem ser atribuídos ao próprio Governo.

Incluindo-se na discussão as políticas de governo voltadas para a iniciativa privada, pode-se dizer que o país parece perdido. Alguém dirá que isto não é verdade, que eu nada entendi e que, sim, o país tem um novo rumo, fundamentado nas leis do mercado, particularmente a partir do Governo Collor. Portanto, eu não deveria me preocupar, já que a iniciativa privada gerará os empreendimentos necessários para o nosso país.

É inevitável que a discussão de um modelo de desenvolvimento, apoiado exclusivamente nos empreendedores privados, nos remeta para o tema inicial, a educação. Nos países do Primeiro Mundo e em alguns dos tigres asiáticos, o universo de pessoas adequadamente educadas, de onde esses empreendedores devem surgir, representa certamente mais do que 50% da população. E no Brasil? Aqui, aposta-se que um batalhão de empreendedores surgirá naturalmente de um grupo que representa talvez menos do que 5% da população.

Portanto, para o nosso país, é clara a necessidade de investir, simultaneamente, em duas frentes: educação e ação direta do Estado. No primeiro caso, por causa do atraso evidente. No segundo, porque somente o Estado, com o seu poder, tem condições de compensar o baixo nível educacional da população, como o próprio Brasil já o demonstrou. Resalte-se que a ação nessas duas frentes foi a opção de todos os países bem-sucedidos do mundo.

E nesse contexto que a reforma constitucional deveria ser inserida. Infelizmente, esta não parece ser a visão da maioria dos senhores e senhoras parlamentares, o que reforça em mim o medo de continuar a ver o Brasil na eterna condição de “país do futuro”. Ou será que eu deveria esperar outra coisa de uma reforma que ameaça destruir esforços bem-sucedidos, e isto com base em análises superficiais, em decisões apressadas e na troca de votos por favores clinicamente explicitados?

Ainda há tempo, senhores e senhoras parlamentares. Tempo para aprofundar as discussões. Tempo para estabelecer a verdadeira hierarquia das prioridades nacionais. E, principalmente, tempo para que os senhores e senhoras se agigantem perante seus eleitores e tracem um rumo melhor para o Brasil.

André Luiz Romanelli Rosa é funcionário da Petrobras.

14 JUN 1995

O GLOBO